

RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.718 - RS (2014/0270316-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : VALMIRO FERNANDES MOREL
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS E OUTRO(S) - DF005939
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
AGRAVADO : VALMIRO FERNANDES MOREL
ADVOGADOS : ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS - DF005939
GLENIO LUIS OHLWEILER FERREIRA E OUTRO(S) - RS023021

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 436):

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. REAJUSTE DE 3,17%. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O início do prazo prescricional para a propositura da execução é a data do trânsito em julgado da sentença, quando se forma a coisa julgada e constitui-se definitivamente o título executivo judicial.

2. Tratando-se de execução de diferenças salariais decorrentes da incidência do reajuste de 28,86%, mostra-se indevida a discussão acerca da base de cálculo do reajuste de 3,17%, não contemplado no título executivo.

3. Em sede de embargos à execução, não resultando em valor ínfimo ou exorbitante, os honorários advocatícios devem ser fixados em 10% do valor da causa. Precedentes.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 1.022 do CPC/2015 (fls. 457/463).

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação aos arts. 535, I e II, 741, V, e 743 do CPC/73. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional, a ocorrência da prescrição no caso, sob o argumento de que, *"para os servidores já pertencentes ao quadro do Instituto em 1993, transitou em julgado a decisão de segundo grau, na data da interposição do Recurso Extraordinário (2/08/2001), haja vista, neste instante, ter-se operado a preclusão consumativa de qualquer futura insurgência. Para tais servidores, já pertencentes ao quadro do instituto em 1993, transitou em julgado a decisão na data da interposição do Recurso Extraordinário (23/08/2001), haja vista, neste instante, terem-se findados os quaisquer meios recursais postos à disposição do instituto pelo Estatuto Processual para reversão do que restou decidido. É o caso dos autos. Como atestam as fichas funcionais acostadas, deu-se antes de janeiro/1993 a admissão do(s) embargado(s) nos quadros de servidores desta Autarquia. Desta feita, operado trânsito em 23/08/2001, tinha(m) o(s) autor(es), até 22/08/2006, prazo para executar o presente título. Desidioso(s), não tendo aforado apressadamente execução, revela-se a presente integralmente prescrita"* (fl. 514).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A irresignação não comporta acolhida.

Inicialmente, é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omisso, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF. Nesse mesmo sentido são os seguintes precedentes: **AgRg no REsp 1.084.998/SC**, Rel. Ministro Benedito

Superior Tribunal de Justiça

Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12/3/2010; **AgRg no REsp 702.802/SP**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma DJe 19/11/2009, e **REsp 972.559/RS**, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJe de 9/3/2009.

Ademais, verifica-se que, no presente caso, o recurso especial não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que "*é inviável admitir que ocorram, em um único processo, diversos momentos equivalentes ao trânsito em julgado - a intenção do embargante. E também não se pode admitir que uma única decisão transite em julgado de forma fracionada, isto é, parte da decisão transita em julgado em determinado momento, e, em momento seguinte, outra parcela da mesma decisão transita em julgado. O trânsito em julgado da sentença não pode ser fracionado, porque é um momento único, que ocorre de uma só vez em uma data específica*" (fl. 427).

Tal situação esbarra, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator